

CIMI — CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

SDS - Edifício Venâncio III - Sala 309/14 — Caixa Postal 03879
CEP 70.084-970 - Brasília - DF - Brasil
C.G.C. (M.F.) 00 479.105/0001-75

**MAIS UM RETROCESSO NA
POLÍTICA INDIGENISTA?**

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade anexa à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), encaminhou hoje a seguinte nota às executivas nacionais dos partidos que articulam a composição do futuro governo de Itamar Franco:

A configuração do novo governo e de seu Ministério traz evidentes indícios de retrocesso na política indigenista oficial. Um deles é que o nome do general Rubem Bayma Denys, comandante militar do Sul, está sendo cogitado para ocupar o Ministério do Exército.

Bayma Denys foi o chefe do Gabinete Militar e Secretário Geral da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SAIEN) durante o governo Sarney. Nesta condição, definiu as diretrizes da política indigenista, tendo sido o articulador do famigerado Projeto Calha Norte e do Programa Moesa Natureza, ambos tentativas de militarização da Amazônia, sob inspiração da Doutrina de Segurança Nacional. Foi também sob a sua orientação que o governo federal retalhou o território do povo Yanomami e as terras dos povos indígenas do Alto Rio Negro para a implantação de colônias indígenas.

Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o general Bayma Denys articulou-se com as grandes mineradoras, defendendo seus interesses contra os direitos dos povos indígenas.

É portanto inaceitável, no momento em que a sociedade brasileira aspira por mudanças, que nomes como o do general Bayma Denys, comprometido com as piores teses da ditadura militar, sejam lembrados para compor o novo governo.

Outra notícia que causa preocupação é a possibilidade de a Funai voltar a ser vinculada ao Ministério do Interior. Historicamente, o Minter sempre usou a Funai para remover os povos indígenas das áreas de implantação de seus projetos desenvolvimentistas, sob o falacioso argumento de que eles seriam "obstáculos ao progresso".

A política indigenista oficial, hoje, tem se caracterizado pela omissão na assistência aos povos indígenas. Os processos de demarcação das terras indígenas encontram-se praticamente paralisados e o órgão oficial de assistência, a Funai, não dispõe de mínimos recursos para cumprir seus deveres legais. Levando em conta esta circunstância e diante do novo quadro político nacional, o Conselho Indigenista Missionário toma a liberdade de sugerir o cumprimento dos seguintes pontos para que a política indigenista oficial atenda minimamente os interesses dos povos indígenas:

PROPOSTAS PARA A POLÍTICA INDIGENISTA DO GOVERNO ITAMAR FRANCO

PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS: Existem hoje cerca de duzentos povos e cem organizações indígenas espalhadas por todo o Brasil. É fundamental que o novo Governo elabore sua política indigenista com a participação dos povos e organizações indígenas.

CIMI — CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

SDS - Edifício Venâncio III - Sala 309/14 — Caixa Postal 03679

CEP 70.084-970 - Brasília - DF - Brasil

C.G.C. (M.F.) 00.479.106/0001-75

DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS: Em outubro de 1992, termina o prazo estabelecido pela Constituição Federal para que a Funai demarque todas as terras indígenas no País. Dados da Funai mostram que 253 áreas indígenas, das 510 existentes, ainda precisam ser demarcadas. É necessário que se prossiga com os procedimentos demarcatórios previstos no Decreto 22/91.

GARANTIA DE RECURSOS PARA DEMARCAÇÃO: As demarcações previstas para 1992 não ocorreram devido à falta de recursos financeiros. A Funai havia solicitado Cr\$ 95 bilhões para as demarcações; no entanto, apenas 4,8% desse valor foram aprovados pelo Congresso Nacional. A mesma situação se repete no Orçamento de 1993: foram requeridos pela Funai Cr\$ 110 bilhões e 879 milhões, mas o pedido encaminhado ao Congresso Nacional é de Cr\$ 10 bilhões e 930 milhões.

RETIRADA DOS INVASORES: A invasão das terras indígenas é um dos principais fatores de violência contra os povos indígenas. Em 1992, foram assassinados 26 índios, a maioria em conflitos com fazendeiros, madeireiros, garimpeiros e posseiros. Segundo a Funai, apenas 16% das áreas indígenas estão livres de invasores. Que todas as terras indígenas sejam desintrusadas, garantindo-se o reassentamento dos pequenos posseiros.

ASSISTÊNCIA: Devem ser criadas instâncias na Secretaria do Meio Ambiente e nos Ministérios da Saúde, da Educação e da Agricultura, articuladas com o órgão indigenista governamental, para garantir assistência aos povos indígenas. Devem ser criados distritos especiais indígenas de saúde e educação, com suas respectivas coordenações nacionais, e ser adotadas medidas que viabilizem a subsistência das comunidades indígenas. A assistência deve ser específica e diferenciada, respeitando a realidade cultural de cada povo.

Brasília, 19 de outubro de 1992
Conselho Indigenista Missionário